

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Eric Barbosa Fraga

IDENTIDADES, CIDADE E GERAÇÕES: ENVELHECER EM JUIZ DE FORA.

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Prof.^a Dr.^a Marcella Beraldo de Oliveira.

Juiz de Fora
2018

**DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E
AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO**

Eu, Eric Barbosa Fraga, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201672044A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **Identidades, cidade e gerações: envelhecer em Juiz de Fora**, desenvolvido durante o período de 07/12/2017 a 06/07/2018 sob a orientação de Marcella Beraldo de Oliveira, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Eric Barbosa Fraga

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

IDENTIDADES, CIDADE E GERAÇÕES: ENVELHECER EM JUIZ DE FORA

Eric Barbosa Fraga¹

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de entender e questionar o que é envelhecer na sociedade atual, mais precisamente na cidade de Juiz de Fora, e quais os impactos da formação destas identidades que cercam o envelhecimento. Também busca questionar o papel do Estado perante este processo. Como objeto de estudo foi feita a análise de um curso de línguas voltado a população idosa de Juiz de Fora, analisando as relações que estes indivíduos têm com o espaço ao redor e com o próprio grupo etário. Foram utilizados dados recolhidos através de entrevistas e visitas. São expostas reflexões sobre o entendimento de nossa sociedade sobre o envelhecimento e como este processo afeta a identidade do corpo velho. São propostas reflexões sobre o impacto das identidades tratadas nas políticas públicas em Juiz de Fora, priorizando entender quem é o idoso de Juiz de Fora e como ele se relaciona com a cidade.

Palavras chave: envelhecimento, identidade, gerações, políticas públicas

1. Introdução

A preocupação com a velhice tem cada vez mais importância. Os idosos, agora, representam uma parcela significativa da população, é a preocupação social do momento, mas não deve se prender apenas a preocupação demográfica da questão. Pensar a velhice atravessa questões muito além disso, busca analisar as transformações culturais na maneira de se pensar e gerir a experiência cotidiana do idoso junto da cidade e da sociedade. Entretanto faltam trabalhos e reflexões que abordam o envelhecimento como um todo, seja pela ótica da saúde, social ou cultural. Atualmente, no Brasil, as produções acadêmicas sobre o envelhecimento tendem a focar sobre questões médicas ou sobre a política de saúde, mas focam muito pouco em entender qual o rótulo vigente quando se pensa no ser idoso, o que se entende por este grupo etário e as consequências deste entendimento nas vidas dos mesmos. A discussão sobre o envelhecimento permeia análises de aspectos culturais, políticos e econômicos mas principalmente de valores e sistemas simbólicos, que influenciam as percepções que as sociedades estruturam sobre processos biológicos e padrões de vida.

Em toda sociedade existem diferenças quanto a percepção da idade fundamental a organização social, além de caracterizar a necessidade de vida social e diferentes experiências, que devem ser levadas em conta em qualquer pesquisa. Com a chegada da pós-modernidade (conceito aqui pautado pela necessidade de se diferenciar as mudanças do tempo presente), idade não mais equivale às experiências adquiridas em certos estágios estratificados da vida. Consequentemente, as identidades que permeiam estes estágios não são sólidas como antes, ou não permaneceram como antes. É a partir desse pensamento que este presente trabalho busca discutir o que significa envelhecer e ser idoso (ou velho) nos dias de hoje, e como esta identidade é entendida e construída pelos que estão de fora desse processo, através da análise das relações e identidades de alunos de um curso de línguas, público, voltadas à parcela idosa da população de Juiz de Fora. E, posteriormente, busco discutir o impacto desta identidade empregada, se, no caso, é apenas uma, ou mais de uma, nas políticas públicas voltada para os idosos em Juiz de Fora, tentando entender quem é o idoso que reside Juiz de Fora e se ele se sente contemplado pela cidade.

Primeiramente busco tratar e discutir a evolução do conceito de velhice, como este vem se modificando com o tempo e como podemos entendê-lo enquanto seu significado para a sociedade, o status que este confere a um indivíduo. Baseando-me em estudos antropológicos desenvolvidos em outras cidades brasileiras mas com similares objetivos: a relação identidade-idoso-cidade. Por meio destes é possível questionar e posicionar o pensamento crítico acerca de questões como: idoso e velho são sinônimos e representam, categoricamente, o mesmo grupo? A velhice continua o mesmo processo existente durante toda a história humana? A identidade do indivíduo permanece a mesma na velhice? Qual o impacto destes questionamentos às ações do Estado? Essas são questões que busco sanar neste trabalho e relacionar com a população de Juiz de Fora.

¹Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: ericbfraga@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marcella Beraldo de Oliveira.

Para melhor entender como as identidades questionadas se relacionam na prática, foram utilizados neste trabalho dados recolhidos através de visitas ao curso de línguas, que funciona na Casa de Cultura, e observações em campo. Neste presente trabalho também foram utilizados entrevistas e depoimentos recolhidos durante este mesmo tempo, como forma estruturar questões, raciocínios e, enfatizando, essas vozes, muitas vezes marginalizadas, trazendo um espaço de discussão e crescimento.

2. Questionamentos acerca da Melhor Idade e o envelhecimento

Pensar o envelhecimento exige primeiro o entendimento de que essa experiência não é homogênea, devido a questões pessoais e a diferentes recortes como classe, raça, sexualidade mas mais importante gênero, e é necessário entender também a complexidade desses aspectos. Certas identidades, de gênero ou sexualidade por exemplo, podem dificultar ou facilitar o processo de envelhecimento (como qualquer outro processo da vida em sociedade); a partir destas identidades são formuladas e reformuladas outras dentro do período da velhice e o apoio que determinado grupo encontra. A questão identitária da velhice está ligada à questão comportamental e estereótipos da velhice, que se reformula a todo momento.

A velhice é primeiramente uma categoria social, construída socialmente, que designa um grupo de certa faixa etária, que também varia de acordo com o local em questão. Faixa etária que é facilmente modificada conforme as categorias etárias sofrem novo entendimento, principalmente devido fato de serem estruturadas pelo grupo dominante, no caso os não-idosos, que constroem um imaginário de diferenciação, dentro de uma estrutura de luta pelo poder, enaltecendo a juventude e atribuindo uma imagem negativa a velhice. Antes a velhice era sinônimo de respeito e liderança; na modernidade estes valores se invertem.

Se pensarmos a estruturação da vida humana, o entendimento da velhice, atualmente nada mais é que a estratificação dentro de categorias já delimitadas. Trata-se, também, das diferentes noções, de diferentes sociedades, que permeiam o “velho” ou idoso; por exemplo, em uma sociedade onde a estimativa de vida é 35 anos, aos 30 se é considerado idoso, noção que para nós, é irreal. Se maturidade e idade não são correspondentes, o que marca o envelhecer se não a maturidade e sabedoria com o tempo? Em uma sociedade com abundância de informações e com acessos fáceis a diversas experiências é possível viver situações antes reservadas apenas a certa faixa etária, por exemplo. Se o privilégio ligado ao envelhecer (como em antigas culturas envelhecer era sinônimo de poder, inteligência e liderança) é perdido o envelhecer é necessário formular outras óticas para entendê-lo.

A ambivalência do processo biológico nesta discussão é categorizar em etapas e grupos sociais, processos biológicos que acontecem naturalmente ao corpo humano. É importante ressaltar que em nenhum momento pretendo retirar o mérito da área da saúde ou abordar questões que não condizem com a abordagem antropológica, porém é fato que o processo biológico é apropriado e sofre diferentes interpretações para o entendimento simbólico, atribuindo sentido político e conseqüentemente alterando a organização social.

A problemática atual sobre a discussão geracional, presente desde os anos 80 até a atualidade, é de que idade e maturidade não estão mais ligadas, conseqüentemente experiências reservadas a um determinado momento do estágio da vida pode muito bem ser vividas, ou não, antes de idades pré-determinadas como “velho” ou “jovem”, quebrando com conceitos antes utilizados e enraizados de que idade e maturidade são inseparáveis e um pressupõe o outro. Essa ideia está intimamente ligada à imagem de “velho sábio” e de que, com a idade, acumulam-se conhecimentos e experiências. Tal ideia é verdade mas não é regra. A velhice não é, e não pode ser tratado como, uma experiência homogênea, o que significa que de fato é possível envelhecer e não se tornar o “velho sábio” mas sim outros “velhos”.

Já passamos do momento em que o idoso não representava uma força política na sociedade, ou em que era completamente passivo às mudanças a sua volta, os novos idosos questionam e buscam ser ativos dentro da sociedade, tanto em relações políticas quanto em relações sociais. Hoje, os idosos são protagonista de uma nova categoria com considerável força econômica, e eles têm consciência deste fato, sendo um novo público alvo para o mercado. Muitos idosos veem a abertura do mercado como forma de inserção na sociedade, e até de, certo modo, como forma de autovalorização, reivindicando cada vez mais produtos e serviços voltados a este público. Este fato pode ser ligado, por exemplo, com o aumento da autoestima, por consagrar o caráter ativo dos mesmo como consumidores inseridos na sociedade de consumo, pois, majoritariamente, as propagandas destes produtos e serviços para a “terceira idade” tratam exatamente da visão positiva sobre a velhice.

Terceira idade é um conceito contemporâneo de autogestão da velhice onde o idoso tem plena independência e controle individual, baseado no pressuposto de que a velhice é conjunta da perda de habilidades cognitivas, físicas e sociais, tratando a terceira idade como o envelhecimento "ativo", citado também como o envelhecimento moderno. Muita da negação com a velhice vem do caráter negativo e de "descarte" ligado à mesma, positivar a identidade do idoso significa dizer que existe algo proveitoso e importante nesta nova etapa da vida, mas também não podemos ignorar o caráter de retardamento da velhice presente na ideia de terceira idade, quase se estruturando também como uma negação ao envelhecimento, os "jovens velhos".

A partir do momento que se percebeu que envelhecer ativamente é, além de tudo, a continuação do consumo de toda uma vida e se estabelecem novas necessidades de consumo de serviços e produtos, agora com mais gastos ligados a saúde e bem estar, envelhecer se torna um mercado. É desse mercado que surge a "terceira idade" a velhice desejada, "o melhor momento da vida", que de fato pode ser bastante útil à identidade dos "velhos", pois, primeiramente os mesmos são tratados como indivíduos ativos dentro da sociedade, e, segundo, porque envelhecer é vista de maneira positiva.

Por mais positiva que seja a experiência da "terceira idade" é preciso também se questionar sobre a mercantilização deste grupo além da perpetuação de uma ideia de juventude infinita ligada ao consumo e a atividades. Desvincular completamente os aspectos negativos do envelhecimento também não propõem um melhor caminho para se entender esta experiência, pois perpetuam discursos utópicos e que não integram a experiência heterogênea que é o envelhecimento.

Outros estereótipos e identidades deste grupo geracional, como a imagem de idoso "problema": incapaz, dependente da família e de outros, com problemas de saúde e completamente dependente da aposentadoria. Este idoso é o que muitos autores abordam como problema principalmente por estar ligado a questão da aposentadoria, e conseqüentemente um problema de gestão pública. A perpetuação visão deficitária do envelhecimento está ligada, principalmente, por vivermos em uma sociedade voltada e centrada na produção, dinamismo e exploração da juventude, a partir do momento em que é inviável a exploração para a produção o discurso exclusivista e deficitário se estabelece.

A aposentadoria é sempre alvo de cortes e ataques, levando realmente alguns idosos a viverem em estado de miséria, atrelando esta questão ao "custo social" do idoso. Entretanto, a ideia de idosos como problema social e que deve ser tratado por todos é criada, principalmente, pelo Estado que não se preocupa em reinserir estes indivíduos na sociedade e como alvo de ações do próprio Estado. O idoso como questão pública não precisa, necessariamente, ser tratado como problema, principalmente por esta perspectiva poucos avanços reais e palpáveis na melhoria de vida são alcançados e muitas vezes se criam mais empecilhos para se "inserir" no grupo idoso da sociedade. Tais questões serão melhor tratadas em futuros tópicos.

O pobre "velho", senhorzinho que mal se mantém em pé, como reagir? A saúde debilitada é conceito chave para entender essa ideia de velhice, pois é a partir da saúde fragilizada que se entende a perda de funções sociais, motoras e até intelectuais. É a velhice completamente privada de qualquer caráter "ativo" quanto às transformações a sua volta e sobre si, a família é a única forma de apoio a este indivíduo, sem qualquer outro contato social. Assim, forma-se o envelhecer "negativo", o extremo oposto da terceira idade, polarizando uma experiência amplamente heterogênea em apenas duas opções.

"O ser velho representa um conjunto de atribuições e transformações negativas que estão ligadas ao conceito tradicional de velhice. No imaginário social o velho está diretamente associado à estagnação e perdas que levam à ruptura e ao isolamento; inflexibilidade decorrente de apego a valores ultrapassados e cristalizados que também levam ao isolamento social; imagem negativa do aposentado, significando um final de vida, falta de capacidade pessoal e a exclusão da rede produtiva; pessoa que necessita de cuidados, sem força, sem vontade, sem vida, doente, incapacitado e que por todos esses motivos fez opção pela passividade."(RODRIGUES, SOARES. 2006)

Sabemos que as produções do imaginário social influenciam diretamente a realidade no meio, principalmente na maneira em que os grupos sociais encaram processos muitas vezes naturais. Para além do entendimento da velhice, os imaginários e tabus que cercam o ato de menstruar são exemplos para essa

afirmação, ou até mesmo a descoberta da sexualidade. É necessário entender que a identidade de “velho” e “terceira idade” ambos foram criados por grupos de não-idosos como maneira de legitimar sua superioridade, seja pelo discurso de utilidade no mercado de trabalho ou pelo discurso de perda de “utilidade”, sentidos, ações e prestígio social simplesmente por estar em idade avançada.

O Estado em si não foge da influência do imaginário social, ambos são formados e estruturados pelas crenças de grupos dominantes que validam e perpetuam tais crenças, fazendo que mesmo as camadas populares e minorias as perpetuem também. No caso deste estudo, podemos entender essa proposição como questionamento a ordem social mantida por ideias do que é ser “velho”, idoso e não-idoso. Por isso é necessário questionar quais disputas estão em questão quando buscamos entender a identidade empregada pelas políticas públicas da cidade de Juiz de Fora. O entendimento da identidade é fundamental para se pensar quais destas identidades serão abraçadas pelo Estado.

“O Estado é a forma mais diferenciada e desenvolvida de ordenamento político-jurídico que, em nossa sociedade, tende a absorver cada vez mais funções anteriormente próprias a família” (DEBERT, 1999.).

3. A importância das políticas públicas voltadas para a população idosa

Primeiramente é necessário apresentar um pequeno histórico da relação entre o envelhecimento no Brasil e as ações do Estado. É fato conhecido que foi a partir dos anos trinta que a expectativa de vida no Brasil começa a atingir números como 50 e 60 anos, é a partir dessa década que começaram a se pensar ações que incluíssem os novos idosos, mas somente na Constituição de 1988 que estas se tornaram concretas e um direito do Estado.

A Constituição de 1988 foi um marco para a universalização da seguridade social, porém não foi apenas em 1988 que o Brasil se posicionou quanto à segurança e bem estar social. Os governos democráticos brasileiros possuem um histórico de se basearem e pautarem muitas vezes as ações do Estado na manutenção do mínimo necessário ao bem-estar social, e as políticas voltadas aos idosos não escapam disso.

Pioneiro na América Latina, o Brasil foi o primeiro país a garantir algum tipo de renda à população trabalhadora, tendo seu impacto quanto à futura universalização da aposentadoria. O desenvolvimento das políticas públicas para idosos no Brasil tem suas origens principalmente nos anos de 1960 com o surgimento de duas iniciativas, e principalmente devido à luta de setores da sociedade civil, associações científicas e políticos. Também é importante ressaltar que desde os anos de 1930 já existia certa política de bem-estar social. A primeira iniciativa é a criação da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia que tem com objetivo estimular obras e iniciativas de amparo à velhice, que busca construir, junto de outras organizações interessadas, ações afirmativas e pesquisas sobre geriatria e gerontologia. A segunda foi o surgimento do Serviço Social do Comércio (SESC), revolucionando as ações sociais voltadas ao idoso por focar principalmente no assistencialismo e não ao atendimento asilar, como era muito comum nos anos de 1960.

Tais instituições desempenharam papéis fundamentais no contexto brasileiro, da época e futuramente como na Constituição de 88, primeiramente por servirem de incentivo e meio de reivindicação de ações do governo voltado para a parcela idosa da população. O governo brasileiro toma sua primeira iniciativa de assistência ao idoso nos anos setenta, criando diferentes tipos de benefícios: tanto para contribuintes (como o Instituto Nacional de Previdência Social - INPS) e para não contribuintes (como aposentadorias para trabalhadores rurais).

Os anos oitenta trouxeram junto com a redemocratização uma nova Constituição e nela, graças à reivindicação popular, avanços em pautas de proteção popular. Dentro destas pautas, os idosos não passaram despercebidos. Ressaltando o envelhecimento populacional a Constituição de 88 trouxe aspectos de universalização e equidade de direitos de cidadania. Focando principalmente pontos voltados à seguridade social e formulando uma rede de proteção para além de vínculos das esferas sociais e trabalhistas, como eram antes estabelecidos. Por mais progressista que é a Constituição de 88, a mesma continua perpetuando a ideia de incapacidade do idoso, de que a família é a principal responsável pelo cuidado, quase que omitindo a participação do Estado e privando este grupo da própria autonomia.

No último aspecto da breve história das políticas públicas para idosos no Brasil temos a criação do Estatuto do Idoso e da Política Nacional do Idoso. Identificando os idosos como um subgrupo populacional com suas características e necessidades próprias. O que significa determinar as desigualdades para assim promover a igualdade entre todos e a justiça social, buscando a equidade entre partes desiguais. Um grande avanço principalmente por se separar e categorizar fatores importantes para se pensar o envelhecimento, não como “perda” de função, mas sim como uma nova etapa com novas necessidades, mas principalmente no momento que se estabelecem leis para os idosos, constrói-se uma ideia positiva de futuro para todas as idades.

O Estatuto do Idoso traz também a família como principal rede de apoio ao idoso, numa tentativa de retirar as obrigações do estado, quase que privatizando aspectos de amparo e apoio que cercam o envelhecimento, que deviam ser executadas, idealmente, em esforços conjuntos de família e Estado. A privatização da responsabilidade acarreta, muitas vezes, o prejuízo econômico à família devido, principalmente, a falta de apoio econômico, psicológico e social. Se o Estado tenta privatizar o envelhecimento espera-se que minimamente exista algum amparo ou preparo às famílias que desempenharam papéis que poderiam ser redistribuídos junto com o Estado como forma de integração intergeracional.

Porém, mesmo com todas as lutas e avanços, as políticas públicas voltadas ao público idoso brasileiro tem inegável caráter assistencialista, acentuando a visão de vulnerabilidade deste grupo. Voltado principalmente à população que trabalhou e, em algum momento, foi contribuinte ao Estado, o que em si constitui um grupo relativamente pequeno comparado à população idosa como um todo. Principalmente pelas discussões presentes nos setores populares ao longo dos anos da necessidade de contribuir e a necessidade de uma aposentadoria, mesmo se estamos lidando com grupos ligados ao trabalho informal.

A ideia de inutilidade ligada ao envelhecimento se expressa na medida em que as atividades voltadas ao público idoso se estabelecem como lúdicas e de entretenimento, seguindo a ideia de “manter a cabeça ocupada” como diz o ditado popular. Ignorando completamente todo conhecimento e experiência acumulados durante os anos, consolidando a ideia de obsolescência sem ao menos pensar em como inserir esse público tão rico em conhecimento dentro de atividades que fujam o paradigma lúdico e assistencialista.

Deve se pensar maneiras de reinserir os corpos idosos no cotidiano sem que haja alguma “muleta” que configure incapacidade pela idade. Existem limitações sim, entretanto ao se pensar principalmente a relação cidade e indivíduo não se deve ligar limitação a idade, mas sim como uma categoria separada que merece a devida atenção. Nessa inserção devemos levar em conta que estes indivíduos ainda são “úteis” ao contexto social, de maneira que podem exercer diferentes atividades, porém isto não se configura como uma abertura a alterações na aposentadoria, que por si só deve configurar um direito inegável. Existe aqui a possibilidade da reinserção significar reinserção no mundo do trabalho, porém é preciso pensar o trabalho diferentemente, de modo que a experiência adquirida com a idade possa ser utilizada.

É possível perceber após desta breve análise que uma das grandes dificuldades de se traçar caminhos para as ações públicas voltadas para idosos é delimitar o “determinismo demográfico”, ou seja, qual grupo tratar. O que se tratando de uma experiência tão heterogênea quanto o envelhecimento significa quais grupos serão privilegiados. Mas não é possível construir, através do Estado, redes de proteção a diferentes grupos de idosos, principalmente devido a recortes de classe, raça e gênero.

4. Relatos de campo e as vozes muitas vezes ignoradas

Desde minhas primeiras visitas à Casa de Cultura foi possível perceber como o local se estruturou de maneira que além de uma rede de apoio através do ensino, o espaço se torna um local de se estabelecer laços, sejam de afeto ou sociais. Existe uma noção de intimidade e carinho, por mais que muitos alunos apenas frequentem a casa por dois ou três anos, construída através da valorização dos mesmos como indivíduos e com a preocupação de se estabelecer um local de inserção, convívio e enriquecimento. Mais especificamente por se tratar de um espaço onde esses indivíduos são contemplados e suas vozes são ouvidas. A Casa transcende seu papel como instituição, e se torna para muitos uma maneira de se reidentificar em uma nova etapa da vida. O afeto com a cidade aparece nas falas quase como uma tristeza, um amor que permanece, mas que, ao longo dos anos, tem se afastado cada vez mais do indivíduo.

O espaço da Casa é formado por três espaços, derivados de casas antigas doadas à UFJF. O prédio principal da Casa, visível na entrada da Av. Rio Branco, o segundo prédio que funciona na maioria das vezes como auditório, que fica dentro do espaço da Casa, e o terceiro prédio onde funciona o curso de línguas. Existe

uma preocupação em manter o espaço da maneira que foi cedido, as estruturas das casas antigas permanecem quase intactas, sofrendo pequenas mudanças para comportar salas de aula e salas de escritório. O polo dentro da Casa, onde funciona o curso de línguas, não foge muito deste parâmetro. Um prédio de idade considerável, mas conservado, é possível perceber desde o primeiro momento que o espaço é pensado para melhor receber os idosos. As aulas são ministradas no primeiro andar do terceiro prédio, que tem fácil acesso através do estacionamento e da entrada pela da Rua Severino Meirelles, evitando assim que os idosos subam escadas ou corram riscos desnecessários.

A entrada através do estacionamento é a mais utilizada pelos alunos, os mesmos usam o espaço para socializar após as aulas, poucos chegam a Casa de carro então o grande espaço do estacionamento muitas vezes fica vazio. De conversas do dia a dia à cigarros descompromissados, diferentes relações se estabelecem em pé de igualdade entre os participantes, sejam alunos ou funcionários, sempre de forma que o espaço seja utilizado completamente. No segundo andar do terceiro prédio funcionam as salas dos funcionários e bolsistas da Casa, não existe qualquer restrição de acesso a estes locais onde, como pude provar, são completamente acessíveis para uma conversa.

As salas de aula funcionam como qualquer outra, cadeiras em fila de frente a um quadro de giz e uma mesa para o professor. Porém em diferentes momentos das aulas essa estrutura de escola tradicional é desfeita, os próprios alunos acabam se aproximando e permanecem com as cadeiras desta maneira. As relações de afeto presentes nestas aulas faz com que a estrutura de escola tradicional seja desfeita e uma dinâmica mais descontraída é estabelecida, mas é preciso ressaltar que isto não acontece sempre. Trabalhos e dinâmicas feitos pelos alunos marcam as paredes do prédio e das salas, que incentivam a caracterização positiva dos alunos como, exemplo, "Se sua vida fosse um livro, qual seria o título?" marcado com diferentes respostas positivas.

Muitos dos idosos entrevistados relatam que sentiram um distanciamento da cidade conforme envelheciam, em muitas falas é possível identificar a luta pelo poder intergeracional. Mesmo aqueles que construíram um laço de afeto com a cidade não se sentiram parte dela com o passar dos anos, da experiência pessoal de cada um é possível absorver que junto o envelhecimento veio também a ideia de abandono e descaso da cidade para com esses indivíduos que, mesmo com idades avançadas, continuam cidadãos. O abandono mesmo que não seja de fato um abandono é sentido como forma de não pertencimento ao contexto social. Uma das mulheres com quem conversei exemplificou esse fenômeno como a noção de "um espaço que me caiba". Há um certo questionamento sobre a posição de outras cidades e países quanto ao envelhecimento, comparando-os a Juiz de Fora e exigindo mudanças.

Através da metáfora do espaço é possível caracterizar a Casa como um local em que os idosos realmente cabem, exercendo diferentes atividades que funcionam como uma maneira de se ressocializar. A Casa funciona como espaço de ensino e recreação, novos laços são formados e levados para além da Casa, os idosos começam a se organizar para se encontrar depois das aulas, irem juntos as feiras, bares, cinemas etc. Estruturando uma instituição que transcende seu propósito, muito disso devido ao fato de se tratar de um local único onde é possível a socialização entre idosos sem que haja qualquer tipo de desqualificação devido a idade.

Existe uma noção coletiva da mudança da cidade para uma "cidade universitária" e de que ao mesmo tempo em que eles como indivíduos a cidade também mudou. Para os idosos, o embate com a juventude, e a ideia da mesma, se dá no momento de se reivindicar espaços. Tanto no sentido literal, de se estruturar espaços em que esses indivíduos possam transitar desenvolver atividades culturais, sociais e que possam exercer plenamente sua cidadania, e no sentido de serem acolhidos novamente pela cidade, uma reinserção e valorização destes indivíduos.

É interessante apontar que em nenhum momento surgiram falas que apontassem qualquer discurso ligado à noção de *funcionalidade*, estes idosos não se veem em nenhum momento como o "descartáveis" ou "inutilizados" para com o meio. Muito pelo contrário, muitos buscam diferentes maneiras de se inserirem novamente como membros ativos da sociedade, seja através da volta aos estudos, trabalhos informais, participando de instituições beneficentes e, até mesmo, lideranças dentro de suas comunidades. Porém foi relatada a questão da infantilização do idoso, principalmente em questões ligadas ao comércio, através do uso de palavras no diminutivo e concepção de uma inocência, que muitas vezes não existe. Apesar de não apontarem abertamente funcionalidade ligada a idade trazem a questão de legitimidade e respeito, que muitas vezes estão ligados ao que se imagina de "velho sinônimo de incapaz" e por isso mesmo pode ser facilmente enganado.

Um dado importante sobre os idosos que frequentam a Casa de Cultura é que existe uma maioria de mulheres, porém o número de homens não é muito menor. As idades diferem de maneiras diferentes, mas todos

constituem uma identidade comum como “idosos”, mesmo aqueles que de fato ainda não atingiram os sessenta anos. Porém é possível perceber que os idosos ali representam uma pequena porcentagem, com certo acesso ao capital cultural, de maneira que já tiveram contato com línguas estrangeiras antes, muitas em viagens internacionais.

Existe neste grupo um discurso positivo e otimista quanto ao envelhecimento, uma necessidade de se manter positivo. Os problemas, majoritariamente de saúde, aparecem nas falas em sala, nos corredores e até em conversas isoladas, porém num sentido de fortalecimento. Não existe, neste caso, qualquer negação do envelhecimento e de problemas que podem, ou não, terem aparecido com a chegada do mesmo.

A família aparece aqui com tom de orgulho, a maioria dos idosos com quem tive contato na Casa de Cultura apresentava em suas falas orgulho da família, mas quase que de forma independentes a eles. A família nesse contexto forma uma rede de apoio, mas que o idoso é independente a ela, consagrando a sua própria personalidade dentro da mesma, muitas vezes exaltando o papel que eles desempenharam e desempenham dentro do contexto familiar. Diferentemente do que se espera a família não aparece como responsável pelo bem-estar do idoso, muitos mostram que o principal apoio recebido pela família é o apoio emocional, pois conseguem manter uma boa condição de vida.

Os idosos da Casa se enquadram no conceito de “terceira idade” mas com ênfase na afirmação da própria independência. Permanecer independente é parte fundamental da identidade desses idosos, até o conteúdo do curso de línguas é focado na independência dos mesmos como falantes de língua estrangeira. O envelhecimento ativo é priorizado, mas sem que se de fato busque uma reinserção destes indivíduos dentro de atividades da sociedade, ou que se estabeleçam atividades culturais e entretenimento para os mesmos. Aspectos estes priorizados na relação dos idosos com a cidade, o que se têm na cidade voltado para este público não abrange questões culturais ou de entretenimento.

O caráter assistencialista se faz presente, de maneira que o único apoio para além da Casa se configura como projetos de cuidado com a saúde. De acordo com as falas recolhidas, muitos idosos relatam que existe um crescente medo em se relacionar com a cidade, construído a partir de experiências e o sentimento de abandono sofrido durante os anos. Novamente reforço a necessidade de se desconstruir a relação do idoso com a cidade para que através desta possa se formular uma nova, que abranja diferentes identidades dentro de um grupo tão heterogêneo quanto os idosos.

5. Conclusão

Juiz de Fora atualmente abraça a terceira idade, de maneira muito fraca como é possível destacar das entrevistas, porém de maneira alguma abrange idosos ou os corpos envelhecidos que habitam a cidade. Através de pesquisas e minha experiência com a Casa de Cultura é possível perceber que não existem estruturas que se preocupam em abranger esse grupo distinto, porém necessitado. É preciso ampliar as políticas públicas voltadas para este grupo, os idosos se mostraram insatisfeitos pelo fato de a Casa por si só constituir a única rede de apoio ao idoso que eles conhecem ou tem fácil acesso.

O que busco fomentar após a discussão deste artigo são as necessidades de um grupo que permanece às margens da sociedade, mas que podem, e querem continuar a exercer direitos básicos da cidadania. É possível pensar políticas voltadas aos idosos para além do assistencialismo, que fomenta ideias como a aproximação da velhice como problema social, esta população tem outras necessidades para além da “ajuda” do Estado, que de fato ainda é necessária. Arte, cultura, eventos voltados para este público, educação para idosos e principalmente uma maneira de se utilizar o conhecimento tão querido que lhe foi conseguido através da idade foram as principais demandas que percebi pelas entrevistas. A construção de espaços onde essas vozes possam ser ouvidas e prestigiadas é uma questão fundamental, diga-se quase como uma ampliação de espaços como a Casa de Cultura que possam atingir diferentes grupos de idosos em diferentes bairros.

Repensar a questão identitária e qual identidade está sendo privilegiada quando se pensa no idoso de Juiz de Fora é o primeiro passo a se tomar para a construção de uma cidade amigável a população idosa. Como apresentei durante o artigo, trata-se de uma relação de poder e construção de estruturas simbólicas escolher entre a “terceira idade” ou o “velho velho”, que de fato servem como dois grandes guarda-chuvas para o entendimento da velhice. Porém pretendo trazer uma possível rota interseccional para o entendimento plural da velhice, primeiramente como um processo natural e inevitável da vida humana e segundo que este processo não está ligado, direta e consequentemente, a incapacidade. Existe uma redescoberta identitária na velhice que pode

ser positiva sem que se negue a idade em nenhum momento, há uma positividade na questão de envelhecer e continuar independente e ativo dentro da sociedade. Retirar o *funcionalismo* do envelhecimento é fundamental, mesmo que inseridos numa sociedade de produção e em constantes mudanças na modernidade, a produção não se aplica aos estágios da vida humana. O idoso é um indivíduo capaz, ativo e consciente da própria identidade e tem sede de continuar atuando em vários planos da sociedade, ainda mais nesse estágio em que se concentram conhecimentos e experiências diversas adquiridos com a idade. Para além do capacitismo e infantilização do idoso é preciso construir uma terceira via que seja de fato abrangente

Este grupo tem vozes que precisam ser ouvidas para além de suas necessidades de mercado (busca de serviços e produtos) e também para questões que tangem apenas a saúde. Os idosos são agentes políticos em ascensão desde o século passado, porém ainda tem dificuldade em terem suas reivindicações ouvidas. Para além do jogo simbólico de termos é preciso dar voz, no sentido de abrir espaço para o diálogo e se fazer aberto ao diálogo, mesmo em espaços pessoais.

Novamente reforço que pensar políticas públicas para idosos, atualmente, e mais precisamente na cidade de Juiz de Fora, é pensar um novo idoso que precisa além das questões assistencialistas, que quer continuar a transitar e se sentir contemplado pela cidade. A Casa de Cultura é um exemplo de que é possível estabelecer novos espaços para este grupo que interajam para além da instituição, pois é de espaços plurais e de diálogo que este grupo necessita, e pede. Para além da desconstrução de ideias pré-estabelecidas sobre o envelhecimento é preciso botar em vias de fato o produto dessa desconstrução ao interagir com idosos e principalmente ao pensar o seu próprio envelhecimento e como a idade age e interfere no entendimento de si.

Referências Bibliográficas

ALVES, Andréa M. Mulheres, corpo e performance: a construção de novos sentidos para o envelhecimento entre mulheres de camadas médias urbanas. In: BARROS, Myriam Lins de. (Org.). **Família e Gerações**. 01ed. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 2006, v. 01, p. 67-90.

ALVES, Andréa Moraes. Fazendo antropologia no baile: uma discussão sobre observação participante. In: VELHO, Gilberto. KUSCHNIR, Karina (Orgs). **Pesquisas Urbanas: Desafios do trabalho antropológico**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 2003. p 174-189.

CAMARANO, Ana Amélia. PASINATO, Maria Tereza. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In CAMARANO, Ana Amélia (Org). **Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?**. Rio de Janeiro: IPEA. 2004. p251-292. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Arq_16_Cap_08.pdf>. Acessado em 03 de maio de 2018.

CAMARANO, Ana Amélia. KANSO, Solange. MELLO, Juliana Leitão. Como vive o idoso brasileiro?. In CAMARANO, Ana Amélia (Org). **Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?**. Rio de Janeiro: IPEA. 2004. p251-292. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Arq_06_Cap_01.pdf>. Acessado em 03 de maio de 2018.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: Edusp, 1999.

MINAYO; Maria Cecília de Souza. COIMBRA JUNIOR; Carlos E. A., orgs. **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro. Editora FIOCRUZ, 2002. Coleção Antropologia & Saúde, 209p. ISBN: 978-85-7541-304-3. Disponível em SciELO Livros <<http://books.scielo.org/id/d2frp/pdf/minayo-9788575413043.pdf>>. Acessado em 02 de maio de 2018.

RODRIGUES, Lizete de Souza; SOARES, Geraldo Antonio. **Velho, idoso e terceira idade na sociedade contemporânea**: Revista Ágora, Vitória, n.4, 2006, p. 1-29.